

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PLC 31/2018 QUE DISPÕE SOBRE O IPTU E ITBI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Aos 13 (treze) dias do mês de dezembro de 2018 (dois mil e

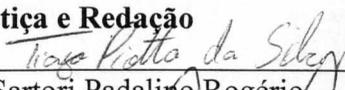
dezoito), às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Ibitinga, foi realizada a Audiência Pública pela Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A audiência pública foi presidida pelo Vereador Tiago Piotto da Silva, Presidente da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação. O Presidente Tiago Piotto da Silva declarou aberta a presente audiência. Informou que esta audiência pública terá duração de duas horas, com término previsto para as 21:00 horas. Comunicou que o áudio da audiência pública está sendo gravado e que será lavrada ata pelas Comissões. Em seguida, o Presidente Tiago Piotto da Silva registrou as presenças de: Alliny Fernanda Sartori Padalino Rogério (Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação), Marco Antônio da Fonseca (Secretário da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação), Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira (Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade), Carlos Alberto Dias Marques (Secretário da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade), Antonio Esmael Alves de Mira (Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga), José Aparecido da Silva Rocha (Vereador); Dr. Eduardo Maciel Crespilho, Promotor da Infância e Juventude; representando o Poder Executivo nesta audiência, o Secretário de Governo André Racy e o Diretor de Finanças, Rafael Guilherme Torrezan; Esta audiência acontece para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 31/2018, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre o IPTU e ITBI e dá outras providências". Convidou o senhor André Racy, Secretário Municipal de Governo, para explanar sobre o projeto. O Secretário André Racy contextualizou a necessidade da aprovação do projeto e os benefícios que trará para o município com esta legislação. Na sequência explanou o Diretor de Finanças, Rafael Guilherme Torrezan, fazendo a apresentação técnica do projeto, explicando as mudanças que ocorreram no Projeto, com as Mensagem Aditivas apresentadas. O Dr. Eduardo Maciel Crespilho, Promotor da Infância e Juventude expos o trabalho que tem feito sobre políticas públicas que acredito atingir o projeto, tendo três processos civis em aberto sobre falta de profissionais técnicos para atendimento da demanda das escolas. O Poder Executivo já apresentou um projeto de criação de um Núcleo Especializado Pedagógico, mas não existe verba para colocar em prática este projeto, mas que se esse projeto que está em discussão nesta audiência for aprovado e entrar em vigor no próximo ano, o Poder Público firmará um TAC – Termo de Acordo de Conduta e dará andamento ao projeto piloto apresentado sobre o Núcleo. Enfatizo que se o atendimento da demanda das escolas não for feito vou propor uma Ação Civil Pública. Portanto, justifica a expectativa a este projeto em discussão e os motivos que me trouxeram aqui. O segundo processo civil é a falta de creches na cidade, onde o Poder Público que informou que existem duas creches em construção, mas sem verba para manter, também passível de Ação Civil Pública. O terceiro processo civil é a ação voltada a valorização e formação contínua de professores, bem como sanar o grande número de faltas dos professores. Nestas três situações o Poder Público coloca uma expectativa de solução neste projeto, não estou aqui para dizer que o projeto precisa ser aprovado, mas para dizer que se este projeto não acontecer como solução dos projetos que apontei outras soluções serão necessárias acontecer. Na sequência a palavra foi aberta ao Poder Público e entidades presentes. Com a palavra o Senhor Fernando Racy, representando a Ong Transparência Ibitinga, atestando que o Poder Público tem outras vias para arrecadar verbas para atender ao que o promotor apontou nos processos civis em abertos. Afirmou que há necessidade de se Concessionar a Feira do Bordado, para gerar economia. A implementação da área azul, também geraria receita. Em resposta o Promotor esclareceu que como já afirmou não está aqui para dizer que o projeto é o único caminho, mas para dizer que existem problemas a serem solucionados no município e os caminhos precisam acontecer. O Secretário André Racy, respondeu ao apontamento do Senhor Fernando Racy, que os recursos que possam ser gerado pela zona azul, realização da Feira do Bordado ou qualquer outro, com certeza irão para outras necessidades do município, não sendo uma opção de substituição da arrecadação que acontecerá com o projeto em questão. Rosangela Maria Lenharo da Ong Imagine, colocou que a Ong tem se preocupado com a municipalização da gestão pública, enfocando a educação e a evasão escolar, constatando que um dos maiores problemas, são o grande número de faltas de professores ao trabalho, impactando em vários problemas. Estamos aqui não para apoiar a aprovação do projeto mas para defender que se aprovado os recursos sejam destinados a área educacional, registrando publicamente que é isto que vamos cobrar. O Presidente neste momento, prorrogou o tempo desta audiência por igual período. O Senhor Fernando Racy da Ong Transparência Ibitinga relatou que a Educação precisa de investimento e de uma boa gestão, a gestão em nosso município está tendo, faltando o investimento. Quanto ao projeto em si comentou que aumentaria 5% de arrecadação, como a última revisão foi 1993, gerando uma defasagem que precisa ser sanada. O que repensaria seria o momento de se implantar devido a crise financeira, aumentando o pagamento para dez parcelas. Sobre a Comissão de avaliação tem

Tiago Piotto

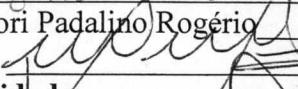
*[Handwritten signatures and initials]*

caráter político e o desconto ecológico precisa ser maior. Sobre desapropriação, dentro do IPTU progressivo, precisa ser repensada porque pode dar inconstitucionalidade na Lei. O Secretária André esclareceu que a desapropriação será feita com indenização. Com a palavra Maria Inês Miqueleto, relatando que tem acompanhado o trabalho da educação, esclarecendo que as faltas dos professores é por falta de condições de trabalho, não só estrutura material, mas principalmente psicológica, portanto um Centro de Atendimento ao Professor viria ajudar muito, aí entra a necessidade do dinheiro. A Vereadora Alliny comentou sobre o projeto e relatou que a alteração do artigo 11, que estabelece mediante Decreto através de avaliação Comissão avaliativa, que não conta com a participação do Poder Legislativo, assim todo o poder de avaliação fica a cargo do Poder Executivo, sugerindo uma alteração para que o Poder Legislativo participe desta Comissão e o Decreto mudado para Lei. O Senhor Fernando Racy interveio apoiando a Vereadora Alliny, acreditando que este artigo está estritamente político. O Secretário Andre Racy esclareceu que hoje já é realizado pelo Poder Executivo, dentro de critério existentes. Interveio o Senhor Fernando Racy, sugerindo que o Plano Diretor deveria fixar o plano básico deste Decreto. O Diretor Rafael prestou esclarecimento sobre o que acontece hoje e como será com o projeto aprovado. O Promotor pediu licença para se ausentar, colocando o trabalho da Ong Imagine a disposição, convidando a participação de todos. O trabalho sobre estas demandas vai continuar independente do projeto. O Vereador Marco esclareceu sobre o tributo vinculado e não vinculado. O Projeto com suas mensagens aditivas não pode ser definido que a possível arrecadação em 2019, se o projeto foi aprovado este ano, será investido em determinado setor. Sobre a valorização dos professores apoia totalmente, Não tem opinião formada sobre o projeto, irá analisar tudo o que foi dito aqui, precisando de mais conversas entre os Vereadores e Executivo para sua votação, porque duvidas existem. A Vereadora Alliny concluiu dizendo que nada se opõe ao projeto, apenas necessário algumas correções. O Vereador Marco esclareceu que se enganou, o projeto precisa de seis votos para aprovação. O Presidente, Vereador Tiago, relatou que fez estudos sobre o projeto, inclusive na região que já enfrentaram este problema, com grande defasagem de valores. O Projeto tem sido amplamente debatido e tem se preocupado com o impacto, além das questões constitucionais, tentando se fazer as correções adequando o projeto para um texto adequado, precisamos entrar num consenso para concluir o projeto com brevidade. O Vereador José Rocha, relatando que a revisão é necessária, mas outras coisas da administração precisam ser revistas também, mas com diálogo vamos entrar num consenso. O Secretário André Racy, comentando que a dívida pública de vinte e cinco milhões, não é cem por cento recebível. Também relatou que as duas creches que estão para sair, é preocupando porque o custo de manutenção das mesmas é grande. A Prefeita Cristina assumiu este enfrentamento de defasagem dos impostos que vem por anos, para que possamos investir na educação e saúde compromisso da Prefeita. Governar é fazer escolhas, contrariar interesses, mas pensa no social e pediu uma adequação da lei para o menor ônus a população. Outras medidas poderiam ser tomadas, mas estas foram as escolhidas para solucionar os problemas emergenciais. Faço esse apelo em nome do futuro da nossa cidade, pela aprovação deste projeto, que virá fazer justiça social. Se explicado corretamente as justificativas do projeto, a população vai entender. O Senhor Fernando Racy, interveio dizendo que o custo vai além do que se cria, porque manter seu funcionamento e manutenção e muito maior e continuo. No transcorrer da Audiência o Presidente registrou a presença: dos Secretários Municipais, Dra. Tatiana Fodra (Assuntos Jurídicos), Francisco Talarico (Educação), Antônio Carlos Feitosa (Administração), Eduardo Seino (Planejamento); dos Membros da Ong Imagine: Maria Inês Miqueleto, Rosangela Maria Lenharo, Denise Chiconato, Celso Domingues, Claudenice Borale, Tamires da Silva, Juliana Boldrin, Pablo Susteno, Mariana Ferraz; do Fernando Racy, da Ong Transparência Ibitinga; da Adriana Cassini de Souza, da Escola Leonor Mendes de Barros; da Simoni Moreale Lucínio, da Creche Joaninha; dos Cidadãos, Anderson Henrique de Lima, Renan Rosa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência às 22h25. A presente Ata foi secretariada e lavrada por mim, Marco Antônio da Fonseca, Secretário da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, que após ser lida e aprovada vai assinada pelos membros da Comissão presentes. Ibitinga, 13 de dezembro de 2018.

////////////////////////////////////  
**Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação**

Presidente: Vereador Tiago Piotto da Silva 

Vice-Presidente: Vereador Alliny Fernanda Sartori Padalino Rogério 

Secretário: Vereador Marco Antônio da Fonseca 

**Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade**

Presidente: Vereador Leopoldo Gabriel Benetácio de Oliveira 

Secretário: Vereador Carlos Alberto Dias Marques

=====